

## **Cidadania de seres não humanos e ecossistemas: pressupostos para proposta em educomunicação e jornalismo ambiental**

Simão Farias Almeida <sup>1</sup>

**Resumo:** O jornalismo costuma valer-se de ideologias (eco)antropocêntricas para tratar do meio ambiente e de fatos naturais, mas paradigmas contemporâneos indicam coberturas e tratamentos bioéticos dessas questões. Partindo de teóricos da comunicação e do jornalismo ambiental (Bob Wyss, Richard Maxwell & Toby Miller, Sean Cubitt) e crítica da educação ambiental (Martha Tristão), demonstraremos como o campo transversal da Educomunicação Ambiental pode oferecer pressupostos para uma bioética no jornalismo e ajudar a propor um modelo ilustrativo de reportagem com a perspectiva subjetiva de seres não humanos e seus espaços habitados. Concluiremos que o jornalismo pode educar seus leitores acerca da cidadania ambiental sem desconsiderar sua tradição objetiva e ao sobrepôr a tradição antropocêntrica.

**Palavras-Chave:** Educomunicação ambiental. Bioética. Narrativa jornalística. Exposição interpretada. Subjetividades não humanas.

*Devemos começar "a pensar" como a natureza*  
(Martha Tristão, 2002, p.171)

Sempre é um desafio propor discussões críticas transversais entre jornalismo e educação devido os riscos de proposições meramente antropocêntricas, principalmente quando somamos a estes dois saberes pressupostos ambientais e sociais; nem o primeiro é exclusivamente educativo em seu caráter informativo, nem o segundo saber pretende apenas informar quando exerce seu papel pedagógico. Eles podem compartilhar paradigmas convergentes à responsabilidade social por conhecimento, ética e formas de conservação cultural, social e natural.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e líder do Grupo de Pesquisa **Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia** (CNPq/UFRR). E-mail: [simon-jp@hotmail.com](mailto:simon-jp@hotmail.com); [marespelhoser@yahoo.com.br](mailto:marespelhoser@yahoo.com.br).



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/

Daí que os meios de comunicação, escolas e universidades precisam criar espaços e discursos singulares para fazer a diferença entre suas inúmeras práticas e processos, hábeis a formar consciências predispostas a preservar patrimônios históricos, memórias, fontes culturais e também ecossistemas naturais de modo que eles não sirvam a todo e qualquer capricho humano, mas principalmente ao engajamento em favor da vida no planeta. Neste sentido, falar em memória ecológica é defender formas e meios de conservar a vida sustentável de humanos, vegetais e animais.

O jornalismo ambiental, a educação ambiental e seu campo de conhecimento transdisciplinar Educomunicação ambiental podem contribuir para a formação e consolidação de uma bioética responsável pela preservação de seres vivos e de seus espaços habitados, patrocinando arquivos pedagógicos (bibliotecas, memoriais) e jornalísticos (arquivos de jornais e digitais) com a história do lugar do homem, animais e vegetais em seus ecossistemas.

Antes de adentrarmos na discussão central deste artigo, investigaremos os paradigmas da Educomunicação que podem servir à problematização crítica de uma Educomunicação ambiental em favor da cidadania. Jesús Martín-Barbero e Gérman Rey (2001, p.59) sinalizam a inserção da educação nos processos complexos da comunicação, compondo com ela um “entorno educativo difuso e descentrado” aquém de uma dimensão meramente instrumental.

Martín-Barbero e Rey nos ensinam a notar a complexidade da comunicação educativa e a partir dela lançar e circular novos pressupostos acerca da aproximação entre os dois saberes e suas práticas. O empréstimo negociado dos propósitos educacionais por parte das fontes informativas é um deles, pois nós, pesquisadores da comunicação e do jornalismo, não podemos fugir do impasse entre usufruir de paradigmas de outra área de conhecimento e ainda legitimar e manter processos, práticas e fins da nossa área. Neste sentido, é claro para nós que tratar de comunicação educativa inclui, por exemplo, referenciar modelos positivos de comportamentos coletivos e individuais nas produções jornalísticas informativas, opinativas, interpretativas e investigativas, nos processos de pesquisa, entrevista e edição. Deste modo, a Educomunicação ajuda-nos a perceber o lugar da educação no jornalismo e do meio ambiente nesta aproximação.

Apesar da Educomunicação ambiental ainda não ser uma área de conhecimento desenvolvida a contento dos propósitos deste artigo, podemos promover diálogos entre teóricos e



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enja.com.br/](http://enja.com.br/)



críticos a fim de propor novos paradigmas e discussões transversais. Neste sentido, iremos utilizar as contribuições dos teóricos da Ecomídia Richard Maxwell, Toby Miller e Sean Cubitt, do jornalismo ambiental Bob Wyss e da crítica de educação ambiental Martha Tristão sobre a cidadania ambiental.

Para Maxwell e Miller (2012, p.33), a mídia costuma valorizar discursos antropocêntricos a respeito da natureza. Geralmente, prevalecem projeções de comportamentos humanos nos animais e espaços naturais. Raros são os pensamentos bioéticos que procuram analisar seres vivos não humanos através de seus pontos de vista, mas eles são possíveis apesar de estar mais presentes em programas de televisão com temática ecológica, caso do Globo Repórter e do Globo Ecologia, ambos da Rede Globo de Televisão.

A repórter Sônia Bridi também ensaia um discurso biocêntrico em seu livro-reportagem **Diário do clima** (2012), resultado da cobertura e bastidores da série **Terra, que tempo é esse?** (2010) feita para o programa **Fantástico**, no qual apresenta as consequências das mudanças climáticas também a partir da perspectiva de um animal: “- Sempre relacionamos esse aquecimento a coisas ruins. E é ruim, mas depende de para quem você pergunta. Se você perguntar a um urso polar, essa mudança é péssima, porque vai derreter a casa dele, pois o urso vive no mar congelado” (BRIDI, 2012, p.112). O discurso parece jocoso do ponto de vista do jornalismo centrado nas ideologias antropocêntricas, ou seja, pautado nas perspectivas de seres humanos, no entanto é emblemático em seu caráter biocêntrico ao transferir a angulação dos problemas para um animal. É a prova de que uma bioética na mídia é possível.

A cidadania ambiental vai depender de como as ideologias acerca da natureza são elaboradas e os valores antropocêntricos atribuídos à natureza não humana são interpretados (MAXWELL & MILLER, 2012, p.33). O jornalismo pode contribuir com uma bioética midiática ao hierarquizar discursos engajados ecologicamente em detrimento de outros atrelados a projeções de problemas e defeitos nos seres não humanos, cujos sentidos são usados de forma meramente utilitária ao bel prazer dos humanos.

A Educação ambiental também legitima o papel social da mídia. Segundo Martha Tristão (2002, p.177), esse canal de comunicação faz parte de uma rede produtora de conhecimentos, contribuindo para uma nova ordem sociovisual a partir da qual diferentes culturas pedagógicas



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enpja.com.br/](http://enpja.com.br/)



interagem entre si (TRISTÃO, 2002, p.178). O propósito é circular informação para evitar exclusões (TRISTÃO, 2002, p.179). Neste sentido, a mídia tem papel fundamental em prol da cidadania plural inclusive de ecossistemas naturais, animais e vegetais.

Lidar com a complexidade ambiental é ultrapassar os limites da disciplinaridade e fazer uso de uma abordagem multireferencial. A educação ambiental e a ecomídia compartilham da assertiva de que fatores de diferentes naturezas estão envolvidos nesta complexidade. Para Sean Cubitt (2005, p.138), questões ambientais, políticas, econômicas e sociais convergem entre si. A interpretação de processos sociais e naturais também cobra a investigação de sentidos objetivos e subjetivos, individuais e coletivos, aferidos nas relações dos sujeitos com a natureza e dos sujeitos entre si (CUBITT, 2005, p.142).

A educação é uma articulação dos processos subjetivos e objetivos na produção de conhecimento e de sentidos. Isso implica na inserção de questões sociais e éticas, bem como na valorização de uma reflexão sobre uma sociedade cada vez mais pragmática e utilitarista, em seus termos ecológicos (TRISTÃO, 2002, p.176). A crítica vai construindo redes de relações paradigmáticas em seu texto de modo a tirarmos conclusões acerca da mídia e de seu papel ético ambiental engajado com a objetividade no tratamento dos fatos e a subjetividade de diferentes sujeitos humanos e não humanos. Tanto a educação quanto a mídia, seus processos e fins interconectados devem estar sensíveis ao conhecimento da realidade por meio de “contextos, situações, experiências, vivências, relações, associações e interações” (TRISTÃO, 2002, p.172) políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais múltiplas.

Outra questão a ser reconhecida é a do mundo objetivo apreendido por experiências sociais e particulares. Ao inserir a problemática ambiental neste debate, Martha Tristão (2002, p.179) sinaliza para a sustentabilidade além de variáveis econômicas, valorizando uma educação de bem estar humano em prol dos recursos naturais e da saúde. A economia é uma das frentes, não um fim em si mesmo. Os teóricos ecomidiáticos Maxwell e Miller (2012, p.140) também contrariam uma ideologia meramente econômica e defendem que a cidadania ambiental deve convergir com uma sustentabilidade global em seus meios e fins.

Os sujeitos sociais, segundo o paradigma ambiental, vivem experiências distintas interligadas complexamente. Se a perspectiva objetiva da sociedade emerge de processos



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enpja.com.br/](http://enpja.com.br/)



subjetivos, e estes, por sua vez, objetificam-se nos discursos, compreende-se a apreensão da natureza também por uma subjetividade própria e particular de ecossistemas e seus seres vivos. Neste sentido, Martha Tristão (2002, p.171) critica o simplismo da ciência e defende que devemos “começar 'a pensar' como a natureza”. O livro-reportagem da jornalista Sônia Bridi serve de exemplo como o jornalismo pode trabalhar esse processo de compreender a natureza. O teórico da Ecomídia Sean Cubitt (2005, p.141) segue essa linha valorizando a objetividade e a subjetividade no tratamento jornalístico do meio ambiente.

Os paradigmas científicos ainda arraigados a vieses racionalistas e cartesianos colocam homem e seres não humanos em pólos opostos. A análise de questões ambientais exige a construção e mediação de paradigmas complexos e formas de representação típicas das narrativas ficcionais, de experiências objetivas e subjetivas, econômicas, políticas, culturais e sociais. É necessário, segundo Tristão (2002, p.169), uma transição paradigmática aquém de uma lógica puramente mercantilista; o saber ambiental, para isso, desafia a racionalidade desenvolvimentista em favor de uma sustentabilidade socioambiental (TRISTÃO, 2002, p.180) e das diversidades cultural, social e biológica (TRISTÃO, 2002, p.169). Nestas bases paradigmáticas, a Educomunicação ambiental contribui para uma bioética da natureza, mediada pelos meios de comunicação, com direito de voz atribuído a ecossistemas naturais e seus seres vivos não humanos, mediado por atores sociais engajados ecologicamente.

O resgate da memória ambiental de ecossistemas e de espaços naturais exige o desprendimento da ideologia antropocêntrica, em busca de sentidos geológicos, geofísicos, zootécnicos, botânicos, ecoturísticos a partir do ponto de vista da natureza, atribuindo a ela uma subjetividade singularizada por um olhar sensível às questões ecológicas. Considerando e parafraseando a afirmação de Roger Silverstone (2002, p.237) sobre a memória na mídia engajada com a história de fatos e de experiências dos sujeitos, o propósito narrativo midiático deve pautar-se no relato de fatos naturais que construíram a história de ecossistemas naturais e a experiência de animais, vegetais, florestas, montanhas, vales diante da biodiversidade da fauna e da flora.

A partir de toda essa discussão teórico-crítica da Educomunicação ambiental, cidadania e subjetividade de espaços naturais e seres não humanos, vamos sugerir práticas de edição a serem





20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enpja.com.br/](http://enpja.com.br/)



seguidas por jornalistas interessados em relatar fatos sofridos por ecossistemas, animais e vegetais sob suas perspectivas.

O campo de saberes e práticas do jornalismo é uma subárea da comunicação (ver tabela de áreas do conhecimento do CNPq), uma ciência social aplicada baseada em “uma efetiva superação da dicotomia entre teoria e prática” e “leva-nos à articulação entre o objeto e os objetivos da pesquisa” (BARROS *in* LOPES, 2003, p.239). Ilustraremos a discussão sobre técnicas de edição em jornalismo ambiental com exemplos de trechos de uma reportagem, não publicada e produzida pelo autor para os fins deste artigo, a respeito dos impactos do turismo no Parque Nacional do Monte Roraima, localizado no extremo Norte do estado homônimo e na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa. O propósito é apontar, através destas técnicas, como o jornalista pode educar os leitores acerca da cidadania de ecossistemas, sua fauna e flora, e articular cobertura de fatos naturais, sociais e ideologia ecológica.

O teórico Bob Wyss (2008, p.159) sinaliza que o jornalista ambiental pode optar por transformar sua reportagem numa *storytelling*, num testemunho ou ser guiado pelos depoimentos dos entrevistados: “Or the story may rely on through reporting to tell a narrative, a natural story that the writer either observed or that had been reconstructed through interviews”. A reportagem ambiental, assim acreditamos, pode ser redigida ao mesmo tempo como uma narrativa, na qual o jornalista relata os fatos naturais também a partir das perspectivas dos seres não humanos e de seus espaços habitados, similar a um *cameraman* oscilando a angulação entre panorâmicas (enquadramentos estáticos de paisagens ou espaços onde as cenas vão se desenvolver), *travellings* (movimentos horizontais ou verticais para exibir todo o ambiente) e *close-ups* (enquadramentos de pessoas, animais, objetos ou de partes deles) de personagens num filme, e alternar o ponto de vista interpretativo dos entrevistados (especialistas, testemunhas) sobre essa subjetividade singularmente não humana. Aconselhamos o uso da técnica “expository writing” apontada por Wyss (2008, p.169), a partir da qual fatos, ideias e argumentos são confrontados.

A pesquisa em arquivos, sites, documentos oficiais e não oficiais também contribui para essa exposição interpretada e a construção da narrativa jornalística. Assim o fizemos, a fim de editar uma *storytelling* ilustrativa acerca da biodiversidade do Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR), que iniciaria uma reportagem sobre os impactos do ecoturismo na biodiversidade da



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enja.com.br/](http://enja.com.br/)



região: pesquisamos características, dados geológicos e geofísicos de seu relevo, hidrografia, fauna e flora em *homes pages* do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes, um dos responsáveis por administrar o PNMR, e do Wikiparques, banco de dados com informações sobre unidades de conservação nacionais, além do livro **Do Roraima ao Orinoco**, resultado da expedição de Theodor Koch-Grünberg na segunda década do século XX, indispensáveis ao relato histórico, geológico e geográfico do monte.

Ornamentado no **topo do seu planalto** por uma flora escassa mas singular entre formas rochosas que sofreram erosões em milhões de anos, resultando numa sedimentação que forma um relevo em forma de “tábuas”, e revestido **em sua base** pela savana **de um lado** e uma floresta úmida **do outro**, refrigerada por sua nascente de água que cai de uma altura de mil metros, o Monte Roraima **prestigia do alto de suas falésias** seu lugar de morada com uma biodiversidade **formada de** répteis, anfíbios, bromélias, orquídeas, plantas trepadeiras e carnívoras, musgos, líquens e densos acúmulos naturais de raízes, galhos, troncos e folhas.

O início do texto representa correspondentes jornalísticos da panorâmica e *close-up* cinematográficos: descrever o topo do Monte Roraima e seu relevo é como um *cameraman* filmar seus espaços geográficos alternando a angulação da câmera entre focos abertos e recuados de todo o monumento natural e focos fechados e aproximados de aspectos de seu relevo. A passagem da descrição do planalto do monte e da vegetação de sua planície (a partir de **em sua base**) corresponderia aos cortes durante a filmagem ainda tomada por panorâmicas dos dois lados do Roraima (Norte e Sul, brasileiro e venezuelano). Na linguagem cinematográfica, o verbo “prestigia” indicaria a câmera subjetiva do próprio monte também tomada por panorâmica do parque, seguida de *closes* das espécies animais e vegetais (a partir de **formada de**). Tal relato narrativo inicial valorizaria o “corpo geofísico”, a subjetividade expressa através do “olhar do Monte Roraima” e suas experiências geológicas convergentes à memória ambiental da região constituída por milhões de anos.

A segunda parte da reportagem incluiria dados sobre a criação, os objetivos e a dimensão do parque, colhidos a partir de declarações oficiais geradas pelo instituto responsável em sua *home page*, seguidos por informações acerca da riqueza natural e endemismo das espécies da região:



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enpja.com.br/](http://enpja.com.br/)



O ecossistema do monte é cuidado por duas unidades de conservação, o Parque Nacional do Monte Roraima e o Parque Nacional de Canaima na Venezuela. O parque brasileiro tem área de 116 mil hectares e foi criado por decreto federal em junho de 1989 com o objetivo de preservar esta biodiversidade. Algumas espécies de animais e vegetais da região são raras e endêmicas, ou seja, sofrem riscos constantes de extinção.

O gancho jornalístico entre a vulnerabilidade da fauna e da flora, e os impactos do turismo na região, pode ser feito através de informações sobre o plano de manejo do parque, de depoimento de seus gestores, turista, operador e pesquisadora em turismo.

O Monte Roraima está num território de sobreposição entre duas unidades de conservação e uma área indígena: o parque nacional brasileiro do Monte Roraima, criado em 1989, o parque nacional venezuelano do Canaima criado em 1962 e a Terra Indígena Raposa Serra do sol, homologada em 2005. O primeiro parque possui um plano de manejo e o segundo tem um programa de gestão ambiental no qual estão definidos o zoneamento das duas áreas, a capacidade turística e as modalidades de visitação nos parques, levando em consideração a conservação da hidrografia, das formações geológicas pré-históricas, dos sítios arqueológicos, das espécies animais e vegetais raras existentes no entorno do monte e em seu planalto.

O Parque Nacional do Monte Roraima, localizado no estado homônimo, possui cinco zonas: intangível (correspondente a 51,27% da área, protege a natureza primitiva e garante a evolução natural das espécies), primitiva (37,06% do parque resguarda banco genético da fauna e da flora; pode ter pequena ou mínima intervenção humana), de uso intensivo (com áreas naturais e infraestrutura para visitantes, turistas e atividades de educação ambiental, tem área de 1,68%), de uso extensivo (corresponde a 10% do parque; suporta baixa capacidade de carga humana e mínimos impactos na natureza, possuindo sinalização com orientações para a conservação e segurança dos visitantes), e zona de uso especial (com 5 hectares de terreno, onde fica a sede da unidade de conservação e uma pista de pouso).

As modalidades de visitação no parque brasileiro incluem caminhada em trilhas, fotografia, filmagem, interpretação ambiental, observação de aves e ações em educação ambiental. A capacidade de suporte turístico por determinado período de tempo não é definida no projeto de





20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enja.com.br/](http://enja.com.br/)



manejo (conferir plano de manejo - PARNA - na *home page* do Instituto Chico Mendes) e ainda não foi feito o plano específico para esta capacidade humana.

O Parque Nacional de Canaima, em território venezuelano, é dividido em sete zonas: de proteção integral (restrita à pesquisa e vigilância da região, possui maior diversidade geofísica, de espécies animais e vegetais), primitiva silvestre (com restrição turística, mas aberta a atividades de educação ambiental, interpretação da natureza e recreação responsável; os turistas podem fazer pernoite ao ar livre), zona de ambiente natural manejado (permitido ao público), de recreação (inclui infraestrutura turística e recreativa básica), de uso especial (apoio turístico e de educação ambiental a visitantes que garanta ao mesmo tempo a preservação do ecossistema), de interesse histórico cultural (aberta a visitas educativas, culturais e científicas) e zona de recuperação natural (com ações de redução de danos à natureza causados pela ocupação turística, incluindo a Serra de Roraima) (SILVA; CRUZ; COSTA).

O parque, considerado Patrimônio da Humanidade pelas Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1994, tem área de 30 mil quilômetros quadrados e corresponde a 85% do território do ecossistema do Monte Roraima (conferir informações nos sites do Ministério do Turismo da Venezuela e da UNESCO). Apesar do programa de gestão ambiental prever o recolhimento do lixo por parte dos turistas e placas de sinalização indicando o mesmo, há informações de acúmulo de resíduos abandonados na região.

Baseados nestas informações recolhidas de sites, *home pages* e entrevistas, editamos os dados para elaborar a reportagem, cumprindo paradigmas do jornalismo interpretativo ao confrontar o previsto nos planos de manejo e os fatos sociais e naturais nos dois parques nacionais.

O plano de manejo do Parque Nacional do Monte Roraima foi desenvolvido em 2000 para reduzir impactos ambientais e fortalecer a preservação, e inclui o zoneamento das áreas de conservação e o controle de visitação de pesquisadores e turistas. Foram criadas cinco zonas de gestão dentro do Parque Nacional Monte Roraima. O acesso de visitantes é proibido em 88,33% de sua área e 10% é liberada para baixa capacidade de ocupação humana.

"O plano de manejo não apresenta e ainda não foi feito um estudo de quantas pessoas a região suporta por determinado espaço de tempo, a fim de evitar danos às espécies vegetais por exemplo", destaca a pesquisadora em ecoturismo Leila Cavalcante do Instituto Federal de Roraima (IFRR). O plano apenas prevê as formas de ocupação humana, entre elas caminhadas em trilhas e ações de educação ambiental.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enja.com.br/](http://enja.com.br/)



Com a criação da área indígena Raposa Serra do Sol, a gestão do parque passou a ser distribuída entre o Instituto Chico Mendes ligado ao IBAMA, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e os índios ingaricós. O maior problema enfrentado por eles é o hábito de alguns turistas abandonarem lixo na região. O plano de manejo prevê que os visitantes devem recolher o lixo e sinalização adequada para essa e outras orientações contra poluição, desmatamento e queimadas.

Em seguida, é necessária a reprodução do ponto de vista dos administradores do parque sobre o problema, como este destacado da reportagem **Monte Roraima recebe certificado de excelência do site Tripadvisor**, de Gustavo Frasso, disponível na *home page* do Instituto Chico Mendes, e utilizado aqui para ilustrar o caso de edição de reportagem ambiental com uso da técnica de exposição interpretada. A declaração confrontaria o fato do aumento do número de turistas e a política de ordenamento turístico e ambientalista do instituto: “Temos um controle de acesso de turistas para não haver superlotação, justamente para evitar a degradação do meio ambiente”, explicou George Verges Martines, chefe substituto do parque.

O testemunho de turista, de pesquisadora e operador em turismo no Parque Nacional do Canaima complementam o caráter de informação, exposição interpretada dos fatos e dados da reportagem:

Segundo Leila Cavalcante, o problema é o que acontece no outro lado, pois apenas 5% do território do parque fica situado no Brasil. O número de turistas brasileiros e estrangeiros na área venezuelana aumentou de 3 para 4,5 mil em dois anos, motivados pela novela Império da Rede Globo de Televisão.

No Parque Nacional de Canaima, criado na Venezuela em junho de 1962, via de acesso ao Monte Roraima e detentor de 85% de sua área, das sete zonas delimitadas pelo Programa de Gestão Ambiental, apenas uma é proibida à visitação e uma tem restrições ao turismo.

"A infraestrutura não é adequada para a quantidade de turistas. Dizem que há limitação de pessoas no monte, mas acho que o número é grande", apontou o professor Roberto Câmara. Durante a excursão em Canaima, ele presenciou vários casos de danos ao meio ambiente como trilhas criadas em áreas com vegetação já escassa, guias acumulando lixo nas cavernas para não carregar peso e lixeiras a céu aberto próximas a margens de rio.

Magno Souza, diretor de operadora de turismo na região, informa que seus clientes são preparados para encontrar lixo acumulado nas trilhas do Monte Roraima, apesar das placas de sinalização pedirem o contrário. "Eles assinam um contrato no ato da compra do pacote se comprometendo com condutas ecológicas, e os guias são responsáveis pelo controle e cumprimento das regras".



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enja.com.br/](http://enja.com.br/)



As informações acerca do zoneamento do parque nacional venezuelano foram recolhidas de artigo científico disponível no site da Universidade Unisantos (SILVA; CRUZ; COSTA).

Por fim, o jornalista ambiental concluiria a reportagem voltando a angular a subjetividade do Monte Roraima, desta vez sobre os impactos ambientais do turismo no parque:

Ações práticas de ordenamento da capacidade turística e de educação ambiental são urgentes nos parques brasileiro e venezuelano. Se o Monte Roraima pudesse falar, ele deixaria um recado aos turistas. "Preservem este lugar maravilhoso que transforma as pessoas pela experiência direta com a natureza", traduz a pesquisadora Leila Cavalcante.

Após sugerir etapas de edição de um modelo ilustrativo, considerando pressupostos do jornalismo e da Educomunicação ambiental, reproduziremos o texto completo para que o leitor deste artigo possa ter “angulação panorâmica” de uma reportagem pautada na ideologia bioética, na subjetividade de seres e espaços geralmente esquecidos pela tradição objetiva e antropocêntrica do jornalismo.

### **Monte Roraima ainda depende de controle turístico após décadas da criação dos parques de conservação**

Ornamentado no topo do seu planalto por uma flora escassa mas singular entre formas rochosas que sofreram erosões em milhões de anos, resultando numa sedimentação que forma um relevo em forma de “tábuas”, e revestido em sua base pela savana de um lado e uma floresta úmida do outro, refrigerada por sua nascente de água que cai de uma altura de mil metros, o Monte Roraima prestigia do alto de suas falésias seu lugar de morada com uma biodiversidade formada de répteis, anfíbios, bromélias, orquídeas, plantas trepadeiras e carnívoras, musgos, líquens e densos acúmulos naturais de raízes, galhos, troncos e folhas.

O ecossistema do monte é cuidado por duas unidades de conservação, o Parque Nacional do Monte Roraima e o Parque Nacional de Canaima na Venezuela. O parque brasileiro tem área de 116 mil hectares e foi criado por decreto federal em junho de 1989 com o objetivo de preservar esta biodiversidade. Algumas espécies de animais e vegetais da região são raras e endêmicas, ou seja, sofrem riscos constantes de extinção.

O plano de manejo do Parque Nacional do Monte Roraima foi desenvolvido em 2000 para reduzir impactos ambientais e fortalecer a preservação, e inclui o zoneamento das áreas de conservação e o controle de visitação de pesquisadores e turistas. Foram criadas cinco zonas de gestão dentro do Parque Nacional Monte Roraima. O acesso de visitantes é proibido em 88,33% de sua área e 10% é liberada para baixa capacidade de ocupação humana.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enja.com.br/](http://enja.com.br/)

"O plano de manejo não apresenta e ainda não foi feito um estudo de quantas pessoas a região suporta por determinado espaço de tempo, a fim de evitar danos às espécies vegetais por exemplo", destaca a pesquisadora em ecoturismo Leila Cavalcante do Instituto Federal de Roraima (IFRR). O plano apenas prevê as formas de ocupação humana, entre elas caminhadas em trilhas e ações de educação ambiental.

Com a criação da área indígena Raposa Serra do Sol, a gestão do parque passou a ser distribuída entre o Instituto Chico Mendes ligado ao IBAMA, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e os índios ingaricós. O maior problema enfrentado por eles é o hábito de alguns turistas abandonarem lixo na região. O plano de manejo prevê que os visitantes devem recolher o lixo e sinalização adequada para essa e outras orientações contra poluição, desmatamento e queimadas.

"Temos um controle de acesso de turistas para não haver superlotação, justamente para evitar a degradação do meio ambiente", explicou George Verges Martines, chefe substituto do parque<sup>2</sup>. Segundo Leila Cavalcante, o problema é o que acontece no outro lado, pois apenas 5% do território do parque fica situado no Brasil. O número de turistas brasileiros e estrangeiros na área venezuelana aumentou de 3 para 4,5 mil em dois anos, motivados pela novela Império da Rede Globo de Televisão.

No Parque Nacional de Canaima, criado na Venezuela em junho de 1962, via de acesso ao Monte Roraima e detentor de 85% de sua área, das sete zonas delimitadas pelo Programa de Gestão Ambiental, apenas uma é proibida à visitação e uma tem restrições ao turismo.

"A infraestrutura não é adequada para a quantidade de turistas. Dizem que há limitação de pessoas no monte, mas acho que o número é grande", apontou o professor Roberto Câmara. Durante a excursão em Canaima, ele presenciou vários casos de danos ao meio ambiente como trilhas criadas em áreas com vegetação já escassa, guias acumulando lixo nas cavernas para não carregar peso e lixeiras a céu aberto próximas a margens de rio.

Magno Souza, diretor de operadora de turismo na região, informa que seus clientes são preparados para encontrar lixo acumulado nas trilhas do Monte Roraima, apesar das placas de sinalização pedirem o contrário. "Eles assinam um contrato no ato da compra do pacote se comprometendo com condutas ecológicas, e os guias são responsáveis pelo controle e cumprimento das regras".

Ações práticas de ordenamento da capacidade turística e de educação ambiental são urgentes nos parques brasileiro e venezuelano. Se o Monte Roraima pudesse falar, ele deixaria um recado aos turistas. "Preservem este lugar maravilhoso que transforma as pessoas pela experiência direta com a natureza", traduz a pesquisadora Leila Cavalcante.

A reprodução do texto completo acima dimensiona o valor atribuído à ideologia biocêntrica que inicia e finaliza a reportagem, percorrendo cartografias da subjetividade da natureza desde a

---

<sup>2</sup> Trecho retirado da reportagem **Monte Roraima recebe certificado de excelência do site Tripadvisor**, de Gustavo Frasso, para a *home page* do Instituto Chico Mendes.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enja.com.br/](http://enja.com.br/)



angulação do Monte Roraima no título da reportagem (ele depende de controle turístico), sobre o ecossistema em seu entorno no trecho narrativo (o monte prestigia sua rica biodiversidade) até a atribuição de voz a respeito da conservação natural com a colaboração dos turistas (solicita a preservação das suas belezas naturais). Os dois trechos narrativos intercalados por dados e depoimentos de entrevistados são assim legitimados para demonstrar uma nova frente jornalística além da informativa e interpretativa em favor de uma ética ambiental; por outro lado, esses dados e depoimentos contribuem para reforçar a subjetividade do ecossistema retratado ao apontar a urgência do controle no plano turístico do parque e valorizar a experiência milenar do monte em salvaguardar sob a base de seu relevo e sobre seu planalto inúmeras espécies, algumas raras e endêmicas.

A narrativa jornalística inicia educomunicando para a cidadania ambiental de ecossistemas ao atribuir o caráter de sujeito e a angulação à natureza mediada por pesquisadora em ecoturismo, contribuindo com a memória geológica, botânica e zootécnica do monte. Seguem discursos ecoantropocêntricos por parte de pesquisadora de ecoturismo, operador, gestores e turista contra o excesso de visitantes, destruição e poluição, e finaliza com a perspectiva do Monte Roraima reforçando a ideologia biocêntrica engajada. A educomunicação está marcada nos discursos antropocêntricos ambientais acusadores dos descasos e omissões de gestores e turistas, além de ensinar os leitores acerca do descarte responsável de lixo para a preservação de ecossistemas. Outro aspecto sinalizado pelo texto é a preocupação ambiental sobreposta às frentes econômicas do turismo, instigando o papel político das unidades de conservação ao legitimar a importância do estudo e controle efetivo da capacidade turística.

Ilustramos a discussão teórico-crítica sobre cidadania ambiental no jornalismo com proposta de reportagem a fim de demonstrar que é possível o jornalista não se submeter a uma ideologia exclusivamente antropocêntrica e imprimir uma bioética dos seres não humanos e de seus espaços habitados ao reportar fatos naturais e sociais, ao oscilar a cobertura entre o caráter narrativo, informativo e interpretativo, entre aspectos tradicionais da reportagem (dados, informações) e novas formas de subjetividade. Colocar a natureza como sujeito da sua própria história geológica, geográfica, ecológica é demonstrar uma nova memória de seres vivos e seus ecossistemas. O





20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enpja.com.br/](http://enpja.com.br/)

jornalismo ambiental ainda tem muitos caminhos a percorrer além da tradição da objetividade jornalística e da cobertura antropocêntrica do meio ambiente.

## Referências

BARROS, Laan Mendes de. Para que pesquisar? Comunicação: uma ciência social aplicada. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BRIDI, Sônia. **Diário do clima** – efeitos do aquecimento global: um relato de cinco continentes. São Paulo: Globo, 2012.

CÂMARA, R. Descarte de lixo no Parque Nacional de Canayma: depoiment. [s.d.]. S. 1. Entrevista concedida a Simão Farias Almeida.

CAVALCANTE, L. de S. Ordenamento turístico do Parque Nacional do Monte Roraima: depoiment. [s.d.]. S.1. Entrevista concedida a Simão Farias Almeida.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Tabela de áreas do conhecimento. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

CUBITT, Sean. **Ecomedia**. Amsterdam; New York: Rodopi, 2005.

FRASÃO, Gustavo. Monte Roraima recebe certificado de excelência do site Tripadvisor. Disponível em: [www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/5013-monte-roraima-recebe-certificado-de-excelencia-do-site-tripadvisor.html](http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/5013-monte-roraima-recebe-certificado-de-excelencia-do-site-tripadvisor.html)>. Acesso em: 29 mai. 2015.

INSTITUTO CHICO MENDES. Parna do Monte Roraima. Disponível em: [www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1984-parna-do-monte-roraima](http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1984-parna-do-monte-roraima)>. Acesso em: 29 mai. 2015.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco: observações de uma viagem pelo Norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913**. São Paulo: Unesp, 2006.

MARTIN-BARBERO, Jesús & REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

MAXWELL, Richard & MILLER, Toby. **Greening the media**. New York: Oxford University Press, 2012.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - [enja.com.br/](http://enja.com.br/)

MINISTÉRIO DEL PODER POPULAR PARA EL TURISMO. Parque Nacional Canaima: potencia turística de diversidad natural. Disponível em: <http://www.mintur.gob.ve/mintur/blog/parque-nacional-canaima-potencia-turistica-de-diversidad-natural/>>. Acesso em: 31 mai. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Relatório Parametrizado - Unidade de conservação Parque Nacional do Monte Roraima. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUC=174>. Acesso em: 30 mai.2015.

PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA. Disponível em: [www.wikiparques.org/wiki/Parque\\_Nacional\\_do\\_Monte\\_Roraima](http://www.wikiparques.org/wiki/Parque_Nacional_do_Monte_Roraima)>. Acesso em: 29 mai. 2015.

SILVA, Roberto Delfino Maia da; CRUZ, Jefferson da; COSTA, Lizit da. Parque Nacional Canaima: a identidade socioambiental e turística dos povos indígenas do Monte Roraima. Revista Eletrônica **Patrimônio: Lazer & Turismo**. Santos, v. 76, n. 9, jan.-mar/2010, p.17-35. Disponível em: [www.unisantos.br](http://www.unisantos.br)>. Acesso em: 31 mai. 2015.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUZA, M. Operação turística no Parque Nacional de Canayma: depoiment. [s.d.]. S. 1. Entrevista concedida a Simão Farias Almeida.

TRISTÃO, Martha. As Dimensões e os Desafios da Educação Ambiental na Sociedade do Conhecimento. RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Canaima National Park. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/701>>. Acesso em: 31 mai. 2015.

WYSS, Bob. **Covering the environment: how journalists work the green beat**. New York; London: Routledge, 2008.